

AS CIÊNCIAS INTERPRETATIVAS DA CULTURA COMO INSTRUMENTO POLÍTICO NO ÂMBITO DE UMA EDUCAÇÃO INTER E MULTICULTURAL: O PAPEL DA ANTROPOLOGIA NA COMUNICAÇÃO

Christine Escallier – UMA/PT

No séc. XIX, cinco países (Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Itália) impunham o seu domínio colonial ao resto do mundo. As quatro áreas de saber até então criadas para estudar essas sociedades políticas e civis ocidentais – a História, a Economia, as Ciências políticas e a Sociologia – não davam satisfatoriamente conta dessas culturas de terras distantes, então consideradas «primitivas». E assim emergiu uma nova disciplina: a Antropologia.

Compreender o mundo, estudar os outros, é o novo desafio de uma Europa comprometida em relações comerciais e por vezes bélicas. Nos impérios coloniais consolidados, o poder das representações do Outro impunha-se num contexto político excepcional e num movimento histórico de expansão com uma amplitude inédita. A questão fundamental consiste na dominação do Outro, domesticá-lo; para tal, é preciso, antes de mais, fazer dele uma representação - “il faut avant toute chose se le représenter” (Wallerstein, 2006).

O antropólogo de então é um *encarregado de missão*. Mais político do que científico, tem por objectivo controlar melhor os colonizados. Ao observar os comportamentos das outras sociedades/etnias, oferece de algum modo chaves, respostas adequadas, perante à ignorância de uns e a incompreensão dos outros, a fim de poder aplicar as decisões, ou resolver as contendas em proveito dos interesses superiores, mantendo assim um (des)equilíbrio nas relações entre colonizador e colonizado, dominador e dominado. Conhecer melhor o Outro, para melhor o restringir a cumprir uma acção ou a realizar o projecto de um terceiro, representa uma estratégia amplamente comprovada. Citarei como exemplo o mundo da publicidade que domina perfeitamente essas técnicas. A campanha publicitária do Banco Mundial (HSBC), cujo slógane *Never underestimate the importance of knowledge* visa conhecer os costumes, os modos de pensar dos povos da Terra de que necessita e, com esses conhecimentos disponíveis sobre a clientela-alvo, o agente comercial – aprendiz-etnólogo – está capacitado para elaborar diversas estratégias para lhes vender um determinado produto. Trata-se, com efeito, de reunir, em quantidade suficiente, elementos característicos dos

comportamentos humanos dos povos dominados – ou dos clientes a contactar – a fim de adaptar políticas que favoreçam uma melhor assimilação, pelos dominados, da cultura dos dominantes, seja ela política, económica, social ou identitária. Deste interesse multiforme que revelamos ter acerca do Outro nascem ciências fundamentais, como a Biologia, consequência directa dos trabalhos do naturalista-antropólogo Darwin.

A espécie humana é única, mesmo se os seus indivíduos se diferenciam entre eles através dos seus fenótipos, ou seja, o conjunto dos traços observáveis (caracteres anatómicos, morfológicos...) que caracterizam um determinado ser vivo (cor dos olhos, doenças genéticas...). Estas descobertas tendem a reconhecer a unidade do Homem biológico, verdade afirmada com convicção pelo filósofo Kant e pelo antropólogo e biólogo Blumenbach no séc. XVIII, baseando-se na sua alteridade cultural e sublinhando designadamente a importância do seu meio ambiente (a sua permanência geográfica) na sua evolução. Fala-se então de populações geográficas em Biologia e de espécie humana e de etnia em Antropologia e Etnologia.

Paralela e paradoxalmente, despontam jardins zoológicos humanos, expondo etnograficamente o *negro* no seu habitat, em pleno centro de Paris, de Londres, de Berlim e de Nova Iorque. Assim, em 1877, os parisienses assistam a dois *espectáculos etnográficos* apresentando nubianos e *esquinós* no meio de animais selvagens. Um jornalista, de um diário de referência, intitula o seu artigo “*Groupe d’animaux exotiques, accompagnés par des individus non moins singuliers*”. São assim milhares de ocidentais que vão ao encontro do Outro. Este Outro encontra-se, porém, detrás das grades de uma jaula. Trata-se, no entanto, do primeiro contacto popular com a alteridade, contacto que não deixará de se diversificar, de se intensificar, de se multiplicar graças ao desenvolvimento, não só das tecnologias que facilitam as deslocações físicas e os contactos humanos, mas também das ideias, retomando aquelas de filósofos e humanistas que descrevem sociedades perfeitas, sem injustiça (*Callipolis*, de Sócrates), sociedades ideais (*Utopia*, de More; 1516), comunidades de indivíduos vivendo felizes e em harmonia (*Abbaye de Thélème*, de Rabelais; 1534). Estas projecções idealistas e romanescas prosseguem-se e intensificam-se junto dos intelectuais do Século das Luzes (*Île des esclaves*, de Marivaux; 1725), a descoberta do Eldorado (*Candide*, de Voltaire; 1759) até ao nascimento do conceito da aldeia global (*Global Village*)¹, da mundialização que, de acordo com o seu autor, McLuhan, teria por

¹In *The Medium is the Message. An Inventory of Effects*, Bantam Books, New York, 1967.

consequência a emergência de uma cultura única. A pertinência especulativa desta representação opõe-se aos fenómenos sociais observados: o interculturalismo e o multiculturalismo crescentes das nossas sociedades actuais e a necessidade de lhes fazer frente através de uma educação orientada e pensada antropologicamente.

Educação e Multiculturalismo

L'éducation du futur devra être un enseignement premier et universel portant sur la condition humaine. Nous sommes en l'ère planétaire ; une aventure commune emporte les humains où qu'ils soient. Ceux-ci doivent se reconnaître dans leur humanité commune et en même temps reconnaître la diversité culturelle inhérente à tout ce qui est humain.
(Morin, 2002)

Hoje a pluralidade cultural das sociedades ocidentais é uma evidência que exige do sistema educativo, por tradição monocultural e monolíngue, uma adaptação. Esta não é fácil porque requer também dos professores, em formação ou em exercício, como dos outros actores educativos, uma reflexão sobre o modo de preparar os *petits d'homme* “*obligés d'apprendre pour être*”, como sublinha Charlot (1999), num contexto complexo e em mudança constante. Uma sensibilização às abordagens inter e multiculturais da educação torna-se, assim, um elemento fundamental e indispensável em Ciências da Educação. Se esta questão preocupa há pouco os países da Europa e, em particular, os da União Europeia, não devemos esquecer que esta já foi levantada nos Estados Unidos no âmbito de uma política de integração das minorias étnicas, como escreveram Garnier e Villanova:

(...) il faut rappeler que l'éducation interculturelle - et, en même temps, l'éducation à l'interculturel - vient des États-Unis. Élaborée pour faciliter la scolarisation des enfants de minorités ethniques, elle s'est orientée, comme le souligne C. Camilleri, dans le sens de l'interaction, de l'échange, de la réciprocité. Appliquée essentiellement à la relation interpersonnelle entre les individus ou les groupes, cette démarche est reprise pour interroger de façon pertinente d'autres champs.

O objecto inicial inscreve-se numa política educativa ambiciosa que irá abranger todos os países da Europa. Terra de emigração durante largos anos, Portugal é hoje terra de acolhimento. Depois de ter recebido os refugiados das antigas colónias africanas

(Angola...), os expatriados da América latina (Venezuela), acolheu os novos membros da União europeia (Ucrânia). O país tornou-se uma placa giratória para a imigração, classificando-se no quarto lugar dos países da U.E. com 2,2% de imigrantes (Escallier, 2007). Neste contexto, Cunha sublinha:

(...) a questão do Outro e do Nós constitui, de certa forma, um tema novo, ou melhor um tema com uma nova dimensão, na medida em que nas últimas décadas fomos um Outro ao emigrarmos, e por quatro séculos sempre nos relacionamos com um Outro no seu território de origem: as terras descobertas, as colónias, os territórios ultramarinos, o Império colonial.

A Madeira não escapa ao fenómeno das migrações estrangeiras e o multiculturalismo das escolas apresenta-se já como um facto consumado. Assim, e de acordo com a lei² que enquadra a administração e a gestão dos estabelecimentos de ensino desta Região Autónoma, as escolas têm a liberdade de definir as suas orientações, tanto no plano estratégico, pedagógico, administrativo e financeiro como no plano organizacional. A orientação multicultural é aí tacitamente reconhecida (Alin. 1-2), confirmando a importância de que se reveste esta dimensão multicultural do *curriculum*. Os actores educativos têm, deste modo, os meios para elaborar projectos oferecendo aos alunos pedagogias adequáveis. Além disso, se é essencial reconhecer o carácter cada vez mais multicultural das sociedades (globalização e universalização), não se deve perder de vista que o fenómeno é contrabalançado por uma forma de individualização das práticas culturais e de isolamento do indivíduo (com a presença e o avanço tecnológico, designadamente através das máquinas, dos alimentos industriais, da medicina, dos meios de transporte, Internet, etc.), afastando cada vez mais os indivíduos uns dos outros, criando desconsideração, apreensão, angústia e medo até à aversão e ao ódio. Dos textos da lei, que apelam à flexibilidade curricular no sentido de melhorar a adaptação ao contexto educativo em que a população escolar se insere e que se aplicam aos curricula dos formandos/alunos, se depreende a necessidade de uma formação dos formadores. De acordo com estas reflexões, respondendo à visão comum que as sociedades actuais têm de si próprias em relação à multiculturalidade (realidade emergente na sociedade e na escola portuguesas), devem ser conduzidas por aqueles que detêm o conhecimento e que o transmitem. Os textos legitimam e implicam, por

²Decreto-Lei n.º 115-A/98; Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M (Regime Autónimo da Ilha).

consequente, a integração, nos cursos universitários, de uma formação ao Outro, ministra pelos professores da Universidade.

A gestão pedagógica da alteridade nos curricula

A educação multicultural apresenta-se como possibilidade de compreender os fenómenos recentes (hegemonia do pensamento branco ou masculino; movimentos discriminatórios; recrudescimento da xenofobia) nascidos das confrontações entre várias culturas num mesmo espaço/território. Esta educação incita, de igual modo, a reflectir sobre a gestão pedagógica da alteridade. Para uma coexistência democrática e harmoniosa, é necessário educar para a multiculturalidade e não só nas regiões onde se encontra um importante grupo de imigrantes. Esta educação multicultural constitui, na actualidade, um elemento capital de educação integral em que é preciso, numa só leva, preservar a cultura de origem e, ao mesmo tempo, adoptar a cultura dominante:

Por isso ela não pretende ser uma outra educação, paralela à educação atual, mas uma concepção de educação onde as "minorias" étnicas (entendidas qualitativamente como "não-dominantes") têm a possibilidade de preservar traços característicos de sua cultura, sem negar a necessidade de domínio dos instrumentos necessários que possibilitem o acesso à cultura dominante. (Gadotti, 1992)

É assim que o conceito paradoxal de *discriminação positiva*³, nascido de uma política igualitária social, necessária no mundo do trabalho, se impôs igualmente no mundo da educação, favorecendo por sua vez o acesso aos saberes das mesmas minorias. A integração dessas minorias no grupo dominante amplifica-se, mas tal preocupação só faz sentido se as disciplinas leccionadas nas escolas e nas universidades o são por docentes formados à alteridade. Trata-se aqui de um princípio generalizado de educação multicultural destinado a todas as salas de aula e escalões etários. Este apelo à formação da inter e da multiculturalidade nos indivíduos leva a recorrer a um saber didáctico que responde às preocupações actuais dos formadores. Na análise dos curricula de vários países, das aulas (teóricas ou práticas) cujo intitulado é, por exemplo, *Educação multicultural*, tornaram-se disciplinas ao passo que antigamente

³Conceito surgido na Índia na época colonial e de seguida nos Estados Unidos por volta de 1960 e retomada na Europa nos anos 80.

essas intervenções eram objecto de conferências, de debates ou de outros seminários. Na verdade, este género de disciplina é construído a partir de reflexões científicas tiradas dos modelos etno-antropológicos. No leque europeu, diferentes modelos e conceitos são propostos sobre o modo de atingir o objectivo de uma autêntica educação à democracia. Quer se chame *Educação à Diversidade* (Portugal), à *Diversidade Cultural* (Bélgica⁴, Marrocos⁵), *Intercultural* (Suíça, Canadá⁶), à *Diversidade e à Paz* (Programa europeu Classroom of Difference ; Estados Unidos⁷, Bélgica⁸), à *Democracia* (Suécia⁹), *Multiculturalismo e Educação* (SP-Brasil), Crutzen sublinha:

Le vocabulaire européen semble cependant privilégier l'éducation à la diversité dans la perspective de construire une citoyenneté européenne capable de valoriser les diversités identitaires et culturelles qui la composent. En éducation, cette construction trouverait un ancrage concret dans le vocabulaire commun qui converge autour du concept de compétences transversales. Celui-ci est en effet une porte ouverte sur l'intégration des apprentissages de base - tels que la décentration culturelle, la relativisation des points de vue, la gestion des incertitudes - au sein de chaque discipline scolaire. (2005)

Por entre as políticas, as estratégias da aprendizagem ao Outro, a sensibilização para as línguas, assim como a outras formas de aprendizagem ligadas às culturas e às expressões culturais de outrem, parecem ser um meio plebiscitado por várias instituições escolares no mundo (ex.: EOLE na Suíça francófona). Com efeito, esta aprendizagem estimula o trabalho de reflexão sobre o objecto, sobre o uso, a construção e o funcionamento da linguagem ou de línguas diversas e desenvolve nos alunos um respeito e um descentramento linguístico indispensáveis num contexto social cada vez mais multilingue. Assim, no estudo canadiano da *Association des Professeurs de Langues secondes*, os professores revelaram ser da opinião que esse conceito deve generalizar-se e aplicar-se a todas as salas de aulas, transformando uma disciplina didáctica tradicional num meio de encontro e de socialização. Ora, para permitir abordar

⁴Decreto (2000) tornando obrigatório um curso abordando a diversidade cultural na formação inicial dos professores.

⁵A Faculdade das Ciências da Educação (Université Mohammed V) propõe uma formação em *Éducation à la diversité culturelle*.

⁶Certificado em Educação intercultural. Faculdade das Ciências da Educação (Québec).

⁷Programa com origem na acção da Anti-Defamation League.

⁸Programa igualmente experimentado em França, Itália, Países Baixos entre 1997 e 2000.

⁹Aula de educação para a democracia integrada nas escolas primárias.

as questões de pertença e de herança cultural, por via desta aprendizagem das línguas, é indispensável que o professor tenha igualmente uma formação que o ajude a reflectir sobre a problemática da educação à cidadania e sobre a problemática das línguas. Além disso, podemos perguntar-nos por que um tal “ensino à democracia”, que tem como objectivo despertar nos jovens uma consciência cívica, não satisfaz plenamente os pedagogos que procuram apoios noutros campos, nomeadamente no das Ciências Humanas? A educação cívica, bem conhecida das gerações antigas, voltou neste últimos anos à boca da cena da pedagogia (França, Portugal). Ora esta educação é incompleta porque mal adaptada às sociedades plurais, à cidadania que supõe direitos e deveres que os homens de uma comunidade jurídica ou política de referência se atribuem a eles mesmos num momento da História. Coloca-se, então, a dupla questão: que Antropologia cultural pode trazer algo mais do que estes ensinamentos cívicos ou, ainda, morais¹⁰ (constituindo um conjunto de preceitos ou de obrigações religiosas ou laicas)? Que Antropologia pode trazer algo que a comunidade não tenha já, algo mais do que Filosofia, numa abordagem generalista que se interroga, mesmo assim, sobre o sentido de estar e de viver em conjunto, virada para toda a humanidade?

Au moment où l'on évoque publiquement de plus en plus fréquemment la nécessité de former à la citoyenneté, et où l'on n'envisage généralement de répondre à cette exigence que par l'enseignement de la morale ou de l'éducation civique, il est étrange de ne pas voir éclore l'idée selon laquelle ces sciences du monde social pourraient être au cœur de cette formation : le relativisme anthropologique (qui n'a strictement rien à voir avec un ultra-relativisme "égalisateur" ou un indifférentisme éthique), la prise de conscience de l'existence d'une multiplicité de "points de vue" liée aux différences sociales, culturelles, géographiques, etc., la connaissance de certains "mécanismes" et processus sociaux (et non la seule visite guidée des institutions officielles de la République...), tout cela pourrait utilement contribuer à former des citoyens qui seraient un peu plus sujets de leurs actions dans un monde social dé-naturalisé, rendu un peu moins opaque, un peu moins étrange et un peu moins immaîtrisable. (Lahire, 2005)

Tal é a situação. Se a educação cívica estabelece uma ligação com os conhecimentos das leis jurídicas e sociais, a Antropologia trava conhecimento com as Leis da Natureza e a Antropologia cultural com as da Natureza e da Cultura. Interrogar-se sobre o sentido do ensino de uma ciência como a Antropologia é o mesmo que procurar compreender o

¹⁰Ensino da Moral imposto em França (lei de 1882).

que ela tem como especificidade que não se encontra, por exemplo, nas disciplinas como a História, a Geografia ou a Filosofia. Isto equivale a perguntar qual é a sua especificidade em relação às Ciências da Educação e as outras disciplinas humanistas (Arqueologia, Museologia, Teologia, Arquitetura, Jurisprudência, Linguística...). Não é fácil responder a estas perguntas e todo o investigador em Ciências Humanas sabe que as fronteiras entre os vários campos são muito ténues. Em cada sociedade, os adultos – sejam eles pais, professores ou qualquer outro profissional da infância, da educação – têm uma representação do que é a educação, e essas representações variam. Pode-se, então, falar de *etnoteorias da educação*, por analogia com as etno-teorias parentais que formam um dos três componentes do quadro teórico do *Developmental Niche* proposto por Super e Harkness (1997). Esta noção destina-se a integrar diferentes conceitos e resultados de investigações provenientes de múltiplas disciplinas relativas ao desenvolvimento da criança colocada no seu contexto ecológico e cultural. Em termos de disciplina, esta noção recorre ao mesmo tempo à Antropologia da Educação e à Psicologia intercultural comparada. O termo Educação é tomado aqui em sentido lato, tanto no sentido de educação informal (familiar) como no de educação formal (escolar), nos países industrializados do Norte como do Sul. O meio e o indivíduo são aqui concebidos como dois sistemas abertos que interagem constantemente:

Bien qu'étant encore en voie d'élaboration, et se situant dans la continuité de l'approche multiréférentielle, une nouvelle voie anthropologique se dessine ainsi dans le domaine de l'éducation permanente. (...) il s'agit d'une voie intéressante pouvant contribuer à un renouvellement théorique de ce champ scientifique. Une telle approche aurait comme dénominateur éthique commun initial de rassembler des démarches de type clinique qui accordent une valeur signifiante à l'expérience, à l'observation, au vécu et aux récits des sujets humains. (Hess, s.d.)

São vários os países que tomaram recentemente iniciativas no campo educativo no que diz respeito não só à questão do multiculturalismo, quer dizer, de mestiçagem cultural, mas também à da interculturalidade dos alunos, aqui considerada como o desafio do encontro e do respeito. Não escapa a ninguém que a questão do respeito pelo Outro não incide apenas na cor da pele, no género ou na religião. Esta incide igualmente no meio social, nos modos de pensar e nos comportamentos oriundos de diversas culturas paralelas (contra-cultura, etc.) que estão na origem de vários preconceitos.

A Antropologia permite um trabalho, quer de conhecimento, quer de descoberta e de interpretação das realidades sociais e culturais, dos factos e das práticas desconhecidas ou ignoradas por indivíduos que pouco ou nada sabem dessas realidades. A introdução das ciências culturais nas ciências da educação é evidente porque, por um lado, se admite a definição alargada da educação que engloba o conjunto da transmissão cultural e, por outro, a definição de *Ciências* que aprova a construção de um saber não orientado, necessariamente, para uma finalidade pedagógica. Com a Antropologia Cultural, podemos pretender que os alunos – futuros professores, formadores, educadores ou profissionais da saúde – adquiram bases científicas orientadas essencialmente para a compreensão do papel da cultura e da socialização no processo educativo. Trata-se de os sensibilizar para a dimensão social da educação, como para a sua dimensão individual visando a formação do homem integral – à semelhança de um eterno aprendiz, claro está, tal como o via Rousseau – e, mais particularmente ainda, de acordo com uma definição mais moderna, longe do sentido literário conferido habitualmente ao termo *humanismo*, uma formação que coloca a tónica nos valores espirituais e humanos. A intenção imediata é, então, a de usar as Ciências do Homem e dos seus comportamentos culturais como fonte de reflexão sobre o Outro a fim de desenvolver novos meios, estratégias e metodologias para atingir tal desiderato. A reflexão antropológica transforma-se numa autêntica *ferramenta* de trabalho reformador que justifica a presença desta disciplina no quadro de diplomas do Ensino Superior, em especial no campo do Ensino e da Pedagogia. O filósofo e antropólogo Laplantine (1989) sublinha que Durkheim considerava que a Sociologia não merecia que alguém a ela se interessasse por uma hora que fosse, se esta não podia ser útil. Vários antropólogos partilham esta opinião em relação à sua própria disciplina. Quanto a Mead, cuja Antropologia Aplicada era uma das suas grandes preocupações, pensava que as suas investigações deviam permitir, nomeadamente, a instauração de uma sociedade melhor, e mais especificamente – a aplicação de uma pedagogia menos frustrante para a sociedade americana (1969), pensamento que se repete em vários ensaios seus (*Male and Female*, 1949).

Estes pontos de vista reforçam, se ainda necessário fosse, a ideia de que a Antropologia desempenha um papel determinante no itinerário de formação profissional e intelectual dos indivíduos. No entanto, terá sido necessário esperar várias décadas para ver instituições privadas (sociedades comerciais) ou públicas, como por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho, apelar às competências dos pesquisadores

formados em Ciências Sociais, em primeira instância, e, seguidamente, em Ciências Culturais. Por hábito, dá-se prioridade à Economia ou à Engenharia para participar nos programas de desenvolvimento socioeconómicos. Todavia isto requer um vasto conhecimento e uma ampla experiência, tanto no plano dos contextos humanos como no dos contextos ecológicos. Trata-se de elementos de conhecimento determinantes para o sucesso de qualquer projecto humano. A Antropologia Aplicada torna-se, assim, uma realidade. Nascida dos estudos sobre a aculturação, esta Antropologia apareceu quando, uma vez liberta, se encontrou planificada (Bastide, 1998). Elevada ao estatuto de Ciência, adquire cada vez mais importância num mundo moderno, onde o isolamento cultural é quase impossível. Os contactos tornam-se inevitáveis e multiplicam-se, criando várias situações de conflito.

Os antropólogos adoptam procedimentos fundados nos conceitos do relativismo cultural e etnocêntrico, quando são chamados a desenvolver programas de acção junto de grupos humanos sujeitos a mudanças socioculturais. Isto é a ilustração do emprego utilitário e prático dos conhecimentos antropológicos, colocando-se à disposição da sociedade, colaborando, deste modo, para o bem-estar dos indivíduos sobre os quais se age. O papel da Antropologia Aplicada é muito amplo como, por exemplo, em investigação política (apoiar aqueles que tomam decisões ao nível político de modo a disporem das informações etnográficas necessárias), na avaliação (verificar o valor de um projecto social ou os resultados de uma acção social), no estudo das necessidades (recolha de dados para os programas públicos de modo a dar conta das variáveis sociais, médicas, económicas ou educacionais) e nos estudos de impacto (determinar os efeitos planificados sobre a população-alvo). Mas o seu papel prolonga-se também, quando esta Antropologia toma a defesa dos direitos e dos interesses de um grupo; quando forma intervenientes sociais no quadro de acções interculturais; quando estabelece uma mediação cultural e um contacto entre programas sociais e as comunidades étnicas; quando testemunha e age como um especialista para explicar o itinerário de uma acção social; etc. Em todo o caso, esta disciplina propõe-se resolver situações, procurando minimizar desequilíbrios e tensões culturais, tentando fazer com que as culturas em perigo sejam o menos possível brutalizadas de modo a que as suas normas e valores sejam respeitadas¹¹.

¹¹Fisher-Thompson : *L'armée des États-Unis (...) accorde une importance croissante à l'information de ses soldats sur la culture de pays étrangers. Ainsi, les milieux anthropologiques collaborent avec l'armée américaine.* Usinfo.state.gov. 24/04/2007.

Confrontada com um conjunto de prioridades às quais ela tem o dever de responder, como, designadamente, a de preservar não somente patrimónios (e culturas) locais ameaçadas, a Antropologia Aplicada utiliza os conhecimentos de outras culturas com o objectivo de atingir resultados práticos. Ela é, ao mesmo tempo, uma teoria da prática e uma ética da acção associada. Estas múltiplas facetas definem as acções de pessoas que raramente têm o título profissional de antropólogo, mas, como sublinha a lista dos membros da Associação Profissional dos Antropólogos de Washington (1984), têm o de consultador, de analista social, director de projecto, de coordenador associado, director de pesquisa, etc. Estes especialistas encontram-se nos sectores mais diversos - Agricultura, Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Pesquisa Energética, Serviços Sociais, Habitação, Transferência de Tecnologia, Desenvolvimento Urbano, Gerontologia e, em particular, a Educação. Perante esta ubiquidade, a Antropologia Aplicada aparece, com a utilização dos seus métodos e das suas técnicas, estar ao serviço de uma mudança social. Resumindo: ela é, por um lado, uma disciplina de pesquisa e, por outro, uma estratégia de intervenção. Estas considerações permitem estabelecer uma ponte estreita entre as disciplinas ministradas nos Departamentos das Ciências da Educação, referindo-se tanto ao ensino e à pedagogia como às Ciências Humanas e Culturais, quando se aborda a questão crucial da Educação confrontada com o Multiculturalismo.

Acerca da formação dos profissionais relativa ao cultural, intercultural e multicultural

No preâmbulo do colóquio organizado no Brasil em Setembro de 2007, a Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Éducation (AFIRSE) afirmava:

Les Sciences de l'Éducation, par leur nature, objectifs, pratiques, inter-relations et situations vécues avec lesquelles elles s'identifient, ne peuvent absolument pas être pensées séparément des Sciences de l'Homme et de la Société. Plurielles par leur propre construction et par leur indisciplinarité constitutive, elles accèdent, par la richesse de leurs pratiques et situations, à la notion de complexité et de multidimensionalité, raison par laquelle, pour être adéquatement comprises, elles font appel à un dialogue multi-référentiel nécessairement transdisciplinaire.

Se as Ciências da Sociedade encontraram há muito o seu lugar no seio das Ciências da Educação – nomeadamente com a omnipresença da Sociologia da Educação – na quase totalidade das licenciaturas e vários mestrados – as Ciências do Homem constituem, ainda, uma excepção, quando elas não são de todo esquecidas ou até excluídas. No entanto, em 1981, Vial e Mialaret escreviam, nas primeiras linhas de introdução à sua *Histoire Mondiale de l'Éducation* :

L'éducation, si l'on entend par là toute aide apportée à autrui pour le préparer à la vie, est aussi vieille et ample que l'humanité : l'anthropologie culturelle devrait figurer au sein des sciences de l'éducation.

Que é então feito – vinte e cinco anos depois – do ensino da Antropologia (biológica, cultural, social) nos departamentos das Ciências da Educação? Analisei os conteúdos dos planos de estudos e programas¹² propostos por 11 universidades¹³, assim como os de 22 Institutos¹⁴ Superiores em Educação portugueses, ou seja, um total de 124 licenciaturas em Educação e 55 mestrados. Nas 33 instituições, somente duas ensinam a Antropologia Cultural (a Universidade de Coimbra e a Escola de Leiria) nos seus ciclos de ensino básico (Educadores de Infância e PEB). Existe igualmente uma Antropologia Social (Escola de Leiria) e uma Antropologia Social e Cultural (licenciatura na Universidade de Coimbra e nas Escolas de Odivelas, Leiria e Bragança); a Antropologia (Escola Maria Ulrich e Instituto Superior Educação e Trabalho) ou a Antropologia Geral (Bragança) consta também dos estudos etno-antropológicos, num curso de Licenciatura, promovido pela Escola da Guarda.

As outras disciplinas registadas, subdisciplinas da Antropologia (*da Saúde, Aplicada ao trabalho comunitário, e Envelhecimento*, etc.), respondem a orientações próprias de cada licenciatura (ou mestrado). A pluri-disciplinaridade entre o social e o cultural aparece nos programas de 4 Escolas (*Socioantropologia da Família e da*

¹² Ainda em processo de homologação, não foi possível consultar alguns programas quando foi redigido o artigo.

¹³ Universidades: Açores, Algarve, Aveiro, Beira Interior, Coimbra, Évora, Lisboa Nova, Lisboa Lusófona, Madeira, Minho, Porto (Não foi possível consultar a do Trás-os-Montes).

¹⁴ Escolas Superiores de Educação: Viseu, Lamego, Guarda, Coimbra, Bragança, Leiria, Setúbal, Torres Novas, Viana do Castelo, Odivelas, Fafe, João de Deus, Almeida Garrett, Beja, Paula Frassinetti, Santa Maria, Vila real; Santarém; Jean-Piaget (Almada, Macedo de Cavaleiros, V.N. Gaia, Campus universitário de Viseu). Escola Maria Ulrich; Instituto Superior de Educação e Trabalho; ESSE-IPP de Porto.

Educação ; Sociologia e Antropologia da Cultura; Antropossociologia evolutiva; Socioantropologia da Educação). Várias reflexões antropológicas e formações relativas ao Outro são oferecidas, nomeadamente em 6 institutos, com disciplinas tais como *A Humanidade e o Futuro; Contextos Multiculturais e Educação; Território, Sociedade e Cultura; etc.*

Esta diversidade de temas sublinha que a Antropologia representa, ao mesmo tempo, uma das Ciências Naturais que estuda o Homem (homo) sob todos os aspectos físicos (anatomia, fisiologia, evolução...) e culturais (sociais, psicológicos, geográficas...) como uma área que tende a sintetizar diferentes Ciências Humanas. Assim como ela define a Humanidade, a Antropologia cultural tenta provar a unicidade do espírito humano na sua diversidade cultural.

Do painel de instituições listadas, 5 universidades em 11 têm nos seus planos de estudo disciplinas da Antropologia: Évora (3), Coimbra (2 optativo), Madeira, Minho e Porto (2). Quanto às escolas e aos institutos, inverte-se o cálculo. Nas 22 instituições, somente 6 ignoram a Antropologia e, de entre elas, 5 não oferecem nem Antropologia nem Sociologia no seu plano de estudo de formações de base (Ensino Básico, Educadores de Infância, PEB 1º e 2º ciclo). Esta disciplina encontra-se, aliás, na Licenciatura de Ciências da Educação (Coimbra, Évora). Note-se uma exceção, com a Universidade do Minho, que propõe um tronco comum às suas 11 licenciaturas em Educação de que consta uma *Socio-antropologia do Desenvolvimento e da Cultura* anual. Importa, com efeito, sublinhar a duração das formações em Ciências Humanas. A maioria é semestral. Os 3 módulos de Antropologia ministrados em Évora correspondem, na prática, a um ano e meio de formação por aluno, um ano em Coimbra e apenas um semestre na Madeira. E nesta formação convém, evidentemente, distinguir a Antropologia Cultural das suas disciplinas-irmãs. A Antropologia Cultural é ministrada em apenas 2 universidades (Coimbra, Madeira) ao passo que os outros concebem cursos referindo-se tanto às Ciências Humanas como às Ciências Sociais (Algarve/ *Introdução as ciências sociais*; Coimbra/*Epistemologia das ciências sociais*; Minho/*Multiculturalismo e Educação*), respondendo especificamente a uma linha definida no quadro de um curso especializado (Lisbonne (Nova)/*Dinâmicas culturais, Educação e comunidades africanas*).

A Universidade do Porto propunha no seu plano de estudo oficial 4 semestres de aulas obrigatórias (tronco comum) com todas essas disciplinas. No momento em que se aplicam os planos de transição impostos por Bolonha, estes 4 semestres mantiveram-se

(desde 1994: *Introdução às Ciências Sociais* (1/ano); *Introdução à Ciências Sociais; Comunicação e Relações Humanas* (3/ano). Plano de transição 2007-8: *Introdução às Ciências Sociais* (1/sem); *Comunicação e Relações Humanas* (1/sem.); *Socio-antropologia do Desenvolvimento* (3/ano)).

A outra universidade portuguesa que responde às recomendações da Unesco¹⁵ - a de enveredar pelo caminho da Antropologia, incluindo na sua investigação a compreensão do Diferente e a capacidade de comunicar com o Outro - é a Universidade da Madeira. Sendo a mais recente universidade criada no solo português (1988), podia-se esperar dela um dinamismo e uma audácia que só a juventude permite. Embora tenha contratado um antropólogo para ensinar a Sociologia da Educação em 1997, o Departamento das Ciências da Educação só integrou a Antropologia Cultural nos seus planos de Estudo, dois anos mais tarde e como disciplina opcional. Tornou-se obrigatória em 2000 num Mestrado. Nesta lógica, uma Antropologia das Gerações foi criada na ocasião de uma nova Licenciatura em Educação, dita *Seniors* (2004). Apesar de mantida aquando da preparação dos planos de transição (Bologne), o departamento suprimiu no entanto a Antropologia Cultural do seu Mestrado em Inovação Pedagógica para substituí-la pela consensual Sociologia da Educação, já inscrita, no entanto, no tronco comum de todas as licenciaturas em Educação (*Básico, PEB, Ciência da Educação* e as suas duas orientações: *Educação Sénior* e *Educação Social*).

A inovação, em termo de pedagogia, não deve limitar-se aos intitulados dos diplomas, mas antes ao conteúdo dos seus planos de estudo. De facto, nos três mestrados em educação propostos pela Universidade da Madeira, apenas o Mestrado em Inovação Pedagógica «inovava» ao oferecer um semestre de Antropologia Cultural ao passo que os dois outros seguiam a via clássica (*Sociologia da Educação; Sociologia das organizações educativas*). Podemos interrogar-nos longamente sobre tal política, uma vez que a Antropologia da Educação não foi igualmente tida em conta como disciplina de substituição à Antropologia Cultural.

Conclusão

Qualquer que seja a universidade (ou instituto), antiga ou recente, conservadora ou reformadora, chega-se à seguinte conclusão: o da inexplicável ausência da Antropologia da Educação na formação dos professores, em Portugal. Apenas o Instituto de Leiria

¹⁵ Convenção de Lisboa, 1997.

propõe a Antropologia da Educação numa licenciatura em Ensino. A Universidade de Évora ministra-o mas numa licenciatura em Ciências da Educação. E temo, com Bolonha, cuja aplicação estrita impõe uma redução das horas lectivas, logo de disciplinas, que a Antropologia, enquanto tal, seja sempre desconsiderada e não lhe seja concedido o lugar que merece. No entanto, quando se analisa o conteúdo das diferentes disciplinas que se pretendem *culturais*, quando não *educativas*, e as bibliografias a elas se referindo, este é claramente extraído da Antropologia Cultural e Social. A que pergunta nos leva esta segunda constatação? A de perguntar por que é que a Antropologia deve viver escondida nos planos de estudo dos cursos universitários depois de ter desaparecido dos currícula do secundário em Portugal? Um artigo publicado na revista *A Página da Educação*¹⁶ asseverava que:

A Reforma Educativa retirou a disciplina de Antropologia Cultural do currículo do ensino secundário, passando a ser a única ciência social que não aparece no plano de estudos nem deste nível de escolaridade nem do ensino básico. (n.d.)

E Naepels (2002), referindo-se ao caso da França:

(...) il me semble que l'anthropologie est une discipline faible, ou pour le dire autrement, peu disciplinée. Les effectifs de chercheurs sont peu importants; l'anthropologie n'est pas enseignée dans le secondaire et ne connaît donc pas cet étonnant dispositif disciplinaire qu'est l'agrégation; elle est marginale dans l'enseignement supérieur, ce qui entraîne notamment une formation disparate de la corporation dont une partie significative n'a commencé l'anthropologie qu'au niveau des études doctorales (après avoir suivi des études de philosophie, de sociologie, de lettres classiques, d'histoire, de médecine, etc.).

Na realidade, a Antropologia (ou a Etnologia) está ausente dos programas escolares do Secundário tanto das instituições portuguesas como das europeias. Será por essa razão que se percebe a sua influência em tantas outras disciplinas e que a lei do Ensino Básico e Secundário determina que a Antropologia (...) *apenas pode ser ensinada no âmbito da Geografia, História, Sociologia ou Política* (Iturra). Hartog e Revel (2001) afirmam, pois, que *les historiens ont appris le lexique et la grammaire de l'anthropologie* (...). O recurso à Antropologia é, na verdade, frequente, abusando-se até de certos modelos e

¹⁶ <http://www.apagina.pt>, consulté le 07/06/2006.

concepções: a introdução do termo « cultura » nas Ciências da Administração, por exemplo, criou o conceito de « cultura de empresa » e não terá sido, seguramente, a melhor das aquisições feitas pelos investigadores. Hoje, a Sociologia e a Antropologia diferenciam-se, principalmente, por via dos seus métodos e das suas teorias, mais do que por via dos seus objectos de estudo. Na página principal do site do *Centre d'Études et de Recherche en Sociologie des Organisations*¹⁷, pode ler-se o seguinte comentário:

Si la sociologie représente la référence disciplinaire centrale et commune aux membres du CERSO, elle se trouve associée, dans les pratiques de recherche, à la majorité des autres disciplines des sciences humaines et sociales. Par exemple, les travaux concernant la transformation des identités professionnelles sont étayés par les connaissances tirées de la psychologie, les recherches sur la consommation s'appuient sur l'économie, l'analyse des politiques publiques s'enrichit du droit et de la linguistique, la question de l'innovation emprunte largement à l'anthropologie.

Quanto à Antropologia da Educação tão pouco representada nas academias portuguesas, o antropólogo Iturra afirma:

Como disciplina, só existe no ISCTE, mas na Universidade Nova de Lisboa e na Fernando Pessoa do Porto, também há investigadores que se dedicam a essa especialidade. (...) A Antropologia da Educação, que estuda as crianças e a sua epistemologia, apenas pode ser encontrada no ISCTE, embora tanto eu como os meus colaboradores façamos muito trabalho de campo. (A Página de Educação, n.d.)

Sobre o porquê da raridade desta disciplina, o antropólogo português responde:

Os psicólogos é que costumam fazer este trabalho, mas tratam as crianças como se fossem doentes, sem estudar a sua simbologia e imaginário. Muitas vezes esquecemo-nos que na sociedade existem crianças, que na vida há uma época em que se prepara o ser humano para a idade adulta. Enquanto decorre esta preparação, o indivíduo tem uma outra forma de entender o real, muito mais forte, porque nada conhece. A criança nasce no dia zero e só sabe mamar. Depois vai gostando do que é apetecido e amando a quem o ama: está a tactear o real e a imitar os adultos. (Ibid)

¹⁷ http://www.dauphine.fr/cerso/_Accueil.html

De todas estas considerações, e mau grado os obstáculos encontrados, o interesse em desenvolver as disciplinas das Ciências Humanas e em abrir um espaço e um campo de pesquisa à Antropologia Cultural – assim como a da Educação – nos departamentos das Ciências da Educação, torna-se um desafio de rigor e um objectivo essencial para a formação dos futuros educadores. Os antropólogos devem agir para o progresso do ensino desta disciplina – dos seus pensamentos, das suas metodologias, das suas aplicações – a todos os níveis, sejam eles escolares, universitários ou profissionais, porque a formação para a alteridade tem como finalidade a autonomia do ser, tanto no plano socio-cultural como intelectual. A consciência individual forma-se, ensina-se. É ela que apreende a cultura, como sublinha o antropólogo do intercultural, logo, da comunicação, Hall (1979), ao afirmar que a cultura é do domínio do espírito. Convém, então, desenvolver em prioridade as qualidades do *éveil* nos alunos a fim de se abrirem às culturas e de desenvolverem as suas aptidões ao intercultural. Sendo toda a cultura um conjunto de códigos, *uma linguagem silenciosa* (Hall, 1973) que se analisa e se decompõe, a interculturalidade requer uma *Ciência interpretativa da cultura*. A Antropologia e as suas ferramentas metodológicas (designadamente a etnografia da comunicação) detêm os materiais de construção de uma autêntica educação intercultural que possui, simultaneamente, um foco de resistência à barbárie sempre latente nas nossas sociedades como um forte poder de controlo das mudanças. Fornecer, deste modo, ao aluno os meios para se submeter a um exame crítico das próprias crenças culturais e para fazer evoluir as suas representações do mundo contribuirá, objectivamente, para o aumento das suas perspectivas. Destas perspectivas deverá nascer uma frutuosa colaboração entre a Antropologia e a Educação.

Bibliografia

- BASTIDE R, (1998). *L'Anthropologie appliquée*. Paris, Stock.
- CAMILLERI C, (1985). *Anthropologie culturelle et éducation*. Lausanne, Unesco-Delachaux & Niestlé.
- CHARLOT B, (1999). *Du rapport au savoir. Eléments pour une théorie*. Ed. Anthropos.
- CRUTZEN D, (2005). Les compétences transversales. Un concept-clé pour l'éducation à la diversité en Europe. Quelle réalité en Communauté française?. In *De Babel à la mondialisation : apport des sciences sociales à la didactique des langues*, J. Aden

- (dir.), CNDP - CRDP de Bourgogne, coll. Documents, actes et rapports pour l'éducation.
- CUNHA I. F., (n.d.). A Imigração e as Minorias na Imprensa e na Televisão. <http://bocc.ubi.pt>, consultado 14/05/2006.
- ESCALLIER C., (2007). Multiculturalisme en milieu scolaire : un phénomène récent à Madère. In *A Migração em Portugal e na União Europeia – Açores*, AGIR- Associação para a Investigação e desenvolvimento Sócio-cultural.
- GADOTTI M., (1992). *Diversidade cultural Educação para todos*. São Paulo, Graal.
- GARNIER J.-P. & VILLANOVA R. de, (n.d.). Architecture et habitat dans le champ interculturel. In *Espace et Société*, nº113-114., <http://www.espaceetsocietes.msh-paris.fr>, consultado em 11/2007.
- HESS R., (n.d.). *Laboratoire : Approches multiréférentielles cliniques de l'expérience et éducation permanente*. www.barbier-rd.nom.fr/lamceepresent.html, consultado em 11/2007.
- HARTOG F. & REVEL J., (2001). Note de conjoncture historiographique. In *Enquête*, nouvelle série, nº 1 : « Les usages politiques du passé », pp. 13-24.
- ITURRA R. (2007.). O pior inimigo da Antropologia é o antropólogo, In A página da Educação, www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=60, consultado em 11/2007.
- LAHIRE B., (2005). *L'esprit sociologique*. Coll. Textes à l'appui/Laboratoire des sciences sociales. Paris, La Découverte, pp.388-402.
- LAPLANTINE F., (1989). *Aprender Antropologia*. São Paulo, Brasiliense.
- MEAD M., (1969). *Mœurs et sexualité en Océanie*. Coll. Terre humaine. Paris, Plon.
- MORIN E., (2002). *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, Unesco.
- NAEPELS M., (2002). L'anthropologie au sein des sciences sociales historiques. In *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Table ronde « Histoire et Anthropologie ». RHMA, 49-4 bis.
- SUPER C. M. et HARKNESS S., (2005). The Cultural Structuring of Child Development. *Handbook of Cross-Cultural*, citado por Yvan Leanza, *Le Rapport à l'Autre culturel en milieu médical*. ARIC Bulletin, nº41.
- VIAL J. & MIALARET G., (1981). *História Mundial da Educação*. Biblioteca da Educação, Livro 1. Porto, Rés-Editora.
- WALLERSTEIN I., (2006). *Comprendre le monde. Introduction à l'analyse des systèmes-monde*. Collection Manuels-Grands. Paris, Repères. Ed. La Découverte.

(texto final)